

**HABEAS CORPUS Nº 515.254 - SP (2019/0167633-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : JOSE LUIS SIQUEIRA**  
**ADVOGADO : JOSÉ LUÍS SIQUEIRA - SP132119**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : WELLINGTON DE BRITO MARTINS (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WELLINGTON DE BRITO MARTINS no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, além de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, pois foram apreendidos 9 tijolos de maconha, com peso líquido total de pouco mais de 3 kg (três quilos) em seu poder (e-STJ fls. 24/28).

Irresignada, a defesa interpôs apelação. O Tribunal de Justiça deu parcial provimento ao recurso para fixar o regime semiaberto (e-STJ fls. 42/44).

A presente impetração funda-se na "diminuição da pena no seu patamar máximo em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 33, da Lei n.º 11.343/06, uma vez que o constrangimento se tornou evidente porque não foi cumprido o que transcreve as normas legais existentes em nosso ordenamento jurídico" (e-STJ fl. 6).

Acentua que "os Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo constataram circunstâncias desfavoráveis ao ora Paciente quando do reexame do processo, o que motivou a negativa parcial do pleito defensivo. No entanto a fundamentação não foi adequada, uma vez que em favor do Paciente existem circunstâncias judiciais favoráveis" (e-STJ fl. 6).

Por fim, pugna pela imposição de regime aberto e pela substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a "redução pelo tráfico privilegiado em seu patamar máximo, logo, um regime menos rigoroso para reprimenda da pena corporal, conseqüentemente, a substituição da pena privativa de

liberdade por pena restritiva de direitos" (e-STJ fl. 9).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator